

Editorial

Editada desde 1983, a Revista da Escola Superior de Guerra é um periódico científico, semestral, que tem como objetivo divulgar trabalhos da ESG e das demais instituições acadêmicas, militares e civis. A Revista da ESG passa por transformações, acomodações e atualizações acompanhando a célere evolução científica e tecnológica do mundo hodierno.

A linha editorial, nesta edição, resgata os fios temáticos anteriores ao primeiro semestre de 2006, número 45, volume 21, que, por razões desconhecidas, posteriormente deixaram de aparecer na Ficha Catalográfica e retornam ao seu lugar de origem nesta edição número 58, volume 29: Segurança Nacional, Poder Nacional, Ciências Militares, Política e Estratégia. Com a criação do Ministério da Defesa, em 1999, a Defesa passa a aglutinar as áreas afins e outras que com ela se interligam, completam-na e estimulam análises pertinentes aos Estudos Estratégicos e de Defesa.

Na ESG, as três forças convivem diariamente: muitas experiências são trocadas, assimiladas, o que propicia textos com diferentes olhares sobre temas congêneres. Não há subtração, há soma e multiplicação de saberes que acabam dividindo o sumo do conhecimento entre todos.

Os nove textos que perfazem o número 58 da Revista da Escola Superior de Guerra não são todos artigos a inteirar aos acadêmicos os resultados parciais de uma pesquisa em andamento. Há alguns ensaios que, mesmo sem o rótulo, expõem ideias, críticas e reflexões a respeito de certo tema. São nove textos diferentes, mas capazes de conversar entre si, pois direta ou indiretamente seguem a linha editorial deste periódico semestral.

Os três primeiros textos têm o Exército como instituição comum. *O pensamento político brasileiro dos anos 1930 e 1940: caso do nacionalismo estatista*, de Fernando da Silva Rodrigues, examina o debate de intelectuais e militares brasileiros acerca do novo projeto de Estado instituído entre 1930 e 1940; *A geopolítica e a geoeconomia no século XXI, induzindo integração de inovações no Exército brasileiro: mobilidade estratégica para a defesa das reservas naturais do Brasil*, de Flávio Pietrobon-Costa, discorre sobre a provável disputa de atores não estatais – provenientes de Organizações não Estatais de Interesse Privado (ONIPs), de Organizações não governamentais (ONGs), e de Corporações Transnacionais pelas reservas de recursos naturais, visando às suas necessidades de produção econômica; o terceiro texto intitulado *Tarefas operativas nas operações de pacificação em ambiente interno: necessidade de especificação como pressuposto à liberdade de ação*, de Haryan Gonçalves Dias, comenta que o Exército elaborou um novo arcabouço regulamentar doutrinário

e introduziu o conceito de Operações de Pacificação entre aquelas consideradas Operações Militares Básicas pela Doutrina Militar Terrestre “quais sejam as próprias de Pacificação e ainda as Ofensivas, as Defensivas e as de Apoio aos Órgãos Governamentais”.

Os dois escritos subsequentes explanam sobre Poder Nacional e Defesa. *O Programa Espacial Brasileiro*: uma oportunidade para o fortalecimento do Poder Nacional, de Carlos Alberto Gonçalves de Araujo, advoga sobre a continuação do “Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) como fator estratégico e fundamental para a Segurança, a Defesa e o Desenvolvimento Nacional”; e *O SPIN-IN na indústria de defesa brasileira voltada para o setor cibernético*, de Alexandre Santana Moreira e Sandro Silva Cordeiro, analisa a formação da indústria de material de Defesa, direcionada ao setor cibernético no Brasil, também enfoca a maneira como o país pretende desenvolver seus produtos com tecnologia totalmente nacional.

Outros dois artigos se atêm na formação, na criação e no domínio da Escola Sul-Americana de Defesa. *O processo de criação da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE) âmbito do Conselho de Defesa da União de Nações Sul-Americanas (CDS/UNASUL)*: algumas reflexões, de Maria Verônica Rodrigues da Fonseca e Livia Peres Milani. Uma das autoras dos escritos, Maria Verônica, Capitão de Fragata do Quadro Técnico da Marinha do Brasil, que faz parte do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, integrou a comitiva brasileira que constituiu o Grupo de Trabalho responsável pela condução do processo de elaboração da proposta de criação da ESUDE. As autoras discorrem sobre “a importância do papel atribuído a uma instituição de ensino, como promotora de uma visão conjunta sobre defesa e segurança regional, e como agente de consolidação da integração regional do bloco sul-americano, bem como das dificuldades que cercam o objetivo de formação de uma identidade sul-americana de defesa”. *Educación, Pensamiento estratégico y proyecto regional, potencialidades de La Escuela suramericana de Defensa*, de Aureliano da Ponte e Constanza Boettger, artigo com temática paralela ao anterior, em espanhol, cujos autores focam a ESUDE como um espaço institucional dedicado à formação de civis e militares em temas de Defesa e Segurança regional no nível político-estratégico.

Os dois últimos textos desta edição abordam problemas externos ao Brasil, contudo, neste mundo globalizado, as reverberações político-econômicas atingem outros países, quer de forma positiva quer negativa. Qualquer desequilíbrio provoca uma ascensão ou queda em cascata, principalmente nos países periféricos. O ensaio *A política de defesa e segurança no âmbito da*

política externa venezuelana, de José Alberto Antunes de Miranda, evidencia as desconfianças, inseguranças e questionamentos dos países vizinhos da Venezuela a partir de Hugo Chávez Frias, cuja liderança deu início a um processo de esquerda de matizes e de peculiaridades distintas. O trabalho de Antunes de Miranda analisa a política de segurança e defesa da Venezuela no âmbito de sua política externa com a região, averigua o aprofundamento ou não de medidas de confiança mútuas na área da segurança e verifica as implicações para o hemisfério. O artigo final – *A guerra sino-indiana de 1962: contornos de um conflito inevitável* – retorna ao século passado, a década de 1960, por meio de pesquisas recentes, ou seja, o ontem revisitado pelo agora. As investigações revelam, nas palavras do autor, “que a guerra sino-indiana de 1962 foi uma consequência de muitos jogos das políticas internas tanto na Índia como na China. Pelo lado indiano, a *perda* do Tibete para a China em 1950; o fracasso e a consequente fuga de Dalai Lama para a Índia; e os conflitos nas fronteiras sino-indianas em 1959 contribuíram para inflamar a opinião pública indiana, que obrigou Nova Delhi a adotar uma política de linha dura em relação a Beijing”.

Há muitas leituras neste número 58 que devem instigar conversas, outras leituras e, talvez, a feitura de outros escritos discordantes ou não dos que aqui estão expostos. A procura pelo aperfeiçoamento desta semestral revista é um objetivo que nos inquieta e nos faz pensar no longo caminho a ser percorrido. Desse modo, as editoras executivas e a equipe do Centro de Conhecimento Científico e Cultural (C4) têm se esmerado em formar um Conselho Editorial e outro Consultivo com perfis acadêmicos respeitados e variados capaz de atender os atalhos que conduzem à célula-mãe: a Defesa. As versões de todas as revistas se encontram no formato impresso e digital à disposição para difundir a produção acadêmica quer do Brasil quer do estrangeiro.

Boa leitura!

Maria Celia Barbosa Reis da Silva